



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

TERMO DE AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, DEBATES E JULGAMENTO

Processo nº: **0012282-65.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Roubo Majorado**
 Documento de Origem: **IP - 311/2016 - 2º Distrito Policial de São Carlos**
 Autor: **Justiça Pública**
 Indiciado: **FABIO JUNIO GHILARDI FILHO e outros**
 Vítima: **SEBASTIANA DIAS DOS SANTOS**

Réu Preso

Aos 16 de março de 2017, às 15:30h, na sala de audiências da 3ª Vara Criminal do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do MM. Juiz de Direito Dr. CARLOS EDUARDO MONTES NETTO, comigo Escrevente ao final nomeado(a), foi aberta a **audiência de instrução, debates e julgamento**, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Cumpridas as formalidades legais e apregoadas as partes, compareceu a Promotora de Justiça, **Drª Neiva Paula Paccola Carnielli Pereira**. Presente o réu PATRICK DE JESUS ALMEIDA MALDONADO e FABIO JUNIO GHILARDI FILHO, acompanhados de defensora, a Drª **CRISTHIANE LAZZARETTI AVILA DUBAY - 56977/PR**. Presente o réu ALEXANDRE CAMILO BONFANTE CORNÉLIO, acompanhado de defensor, o Drº **Lucas Corrêa Abrantes Pinheiro – Defensor Público**. A seguir foi ouvida a vítima, uma testemunha de acusação, cinco testemunhas de defesa e interrogados os réus. **Pelo Ministério Público e pela defesa do correu Alexandre foi dito** que desistia da inquirição do policial militar Alessandro Luciano Germano, o que foi homologado pelo MM. Juiz. Como não houvesse mais prova a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução. **Pelas partes foi dito que não tinham requerimentos de diligências**. Não havendo mais provas a produzir o MM. Juiz deu por encerrada a instrução e determinou a imediata realização dos debates. **Dada a palavra a DRA. PROMOTORA:** MM. Juiz: **A ação é procedente**. A vítima ouvida na presente audiência confirmou os fatos da denúncia, dizendo que foram quatro os assaltantes. Disse que um dos assaltantes era menor de idade. Ocorreu o reconhecimento pessoal pela vítima dos três réus. A vítima foi firme no reconhecimento, ate porque teve contato visual com os réus por quatro vezes, já que os mesmo estiveram no seu estabelecimento por três vezes anteriores. O policial hoje ouvido Israel confirmou que em seguida ao assalto a vítima reconheceu os quatro agentes, inclusive Fábio. Alexandre confessou para os policiais a participação de Patrick e Fábio, e só por esse motivo é que os mesmos conseguiram chegar até a casa de Patrick e Fábio. As testemunhas de Fábio são todas parentes (mãe, irmão, avó, namorada), tendo interesse direto no desfecho do caso, tentando inocentar o réu Fábio, sendo que a vítima apresentou reconhecimento seguro não tendo nenhum interesse em prejudicar os réus, apesar de estar temerosa. Também os réus deixaram claro que se conheciam e inclusive são amigos. Fábio e Patrick são amigos íntimos, ficando



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

claro que Patrick tenta inocentar o amigo Fábio. **Também em relação ao crime de corrupção de menores**, o mesmo restou configurado. Tal delito possui natureza formal, não sendo necessário a sua configuração a prova da efetiva e posterior corrupção do adolescente, sendo suficiente a comprovação da participação do inimputável em prática delituosa na companhia de maior de 18 anos. **Nesse sentido é o entendimento em decisão recente do STJ, de 28.05.2013, no agravo regimental em recurso especial nº 1.371.942 –SP (2013/0063524-6).** Ante o exposto, requeiro a condenação nos termos da denúncia, sendo que os réus são primários. O crime é grave e abalou a ordem pública. Assim, deverá ser fixado o regime inicial fechado para o cumprimento de pena, não podendo os réus apelar em liberdade, já que presentes os requisitos da prisão cautelar. **Dada a palavra à DEFESA DO RÉU ALEXANDRE:**”MM. Juiz: O réu Alexandre é confesso tratando-se do único acusado defendido nestes autos pela Defensoria Pública. A confissão foi precedida de entrevista reservada com a defesa, momento em que Alexandre compreendeu os efeitos jurídicos da admissão do delito. A confissão representa maior potencial de ressocialização, permitindo a fixação da pena no mínimo legal. além da confissão, sublinho que o réu é menor de 21 anos, o que também funciona como atenuante. Requeiro assim, aplicação de pena mínima, a fixação do regime semiaberto e a concessão do direito de recorrer em liberdade. **Dada a palavra à DEFESA DOS RÉUS PATRICK e FÁBIO:**”MM. Juiz: apresento as alegações finais por escrito, do réu Patrick em quatro laudas e do réu Fábio em cinco laudas. **Pelo MM. Juiz foi proferida a seguinte sentença:**”VISTOS. FÁBIO JUNIO GHILARDI FILHO, PATRICK DE JESUS ALMEIDA MALDONADO e ALEXANDRE CAMILO BONFANTE CORNELIO, encontram-se denunciados como incurso nos artigos 157, §2º, incisos I e II, do CP e 244-B do ECA, em concurso formal, tudo conforme os fatos narrados na denúncia, a qual me reporto. Recebida a denúncia (fls.145), houve citações e defesas preliminares, sem absolvição sumária (fls.338). Nesta audiência foram ouvidas a vítima, uma testemunha de acusação, cinco testemunhas de defesa e interrogados os réus. Houve a desistência quanto ao policial militar faltante. Nas alegações finais o Ministério Público pediu a condenação. A defesa do correu Alexandre pediu a concessão e benefícios na aplicação da pena. Patrick pediu a nulidade do processo, o afastamento do delito de corrupção de menor, da “agravante” do uso de faca ou simulacro, o reconhecimento de atenuantes e da participação de menor importância, além da concessão de benefícios na aplicação da pena. Fábio Junio pediu a nulidade do processo, a absolvição com fundamento no artigo 386, IV, do CPP, o afastamento do delito de corrupção de menor, da “agravante” do uso de faca ou simulacro, o reconhecimento de atenuantes e da participação de menor importância, além da concessão de benefícios na aplicação da pena. **É o Relatório. Decido.** Não há que se falar em nulidade do processo, tendo em vista que a denúncia preenche todos os requisitos legais e possibilitou aos acusados o exercício da mais ampla defesa. **a) Quanto ao crime patrimonial:** A materialidade restou comprovada pela prova documental e oral. Os correus Alexandre e Patrick confessaram ter praticado o roubo na companhia do adolescente Renan. As suas versões foram amplamente confirmadas pela vítima e testemunhas, especialmente a de acusação. Quanto ao correu Fábio Junio, da mesma forma, apesar da sua negativa, não existe a



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

menor dúvida de que a acusação deve ser julgada procedente. A vítima Sebastiana reconheceu Fábio na delegacia de polícia e nesta audiência, sem qualquer hesitação, descrevendo sua conduta com detalhes, apontando-o como o assaltante que foi responsável pela vigilância do local. Chama a atenção para o fato de que a vítima destacou que os assaltantes foram ao seu estabelecimento por quatro vezes no dia do roubo e que ficou a cerca de apenas dois metros de Fábio, conseguindo identifica-lo perfeitamente, já que estava com o rosto descoberto. Ainda, o policial Israel disse que o correu Alexandre confessou, informalmente, ter realizado o roubo na companhia de Patrick e Fábio, indicando seus endereços. A oitiva da mãe, namorada, irmão e avó do correu Fábio em nada abala as versões da vítima e do policial militar Israel, tendo em vista o interesse dos parentes no processo. Não é o caso de se reconhecer a participação de menor importância no crime, considerando que os réus contribuíram de maneira direta e decisiva para a consumação do delito. Por fim, confirmo as causas de aumento de pena do concurso de agentes e do emprego de arma de fogo e faca, fato amplamente comprovado nos autos. **b) Quanto ao crime do estatuto da criança e do adolescente:** Não obstante respeitáveis argumentos da douta defesa, ficou evidenciado que os réus praticaram o crime, juntamente com o menor Renan, fato admitido por Alexandre e Patrick. Nada leva a crer que os adultos desconheciam a idade de Renan, até porque a vítima disse nesta data que percebeu, prontamente, que Renan era adolescente durante o roubo. Aplica-se ainda ao presente caso a Súmula 500 do STJ. Alexandre e Patrick confessaram e os três réus são menores de 21 anos. Ante o exposto, julgo **PROCEDENTE** a ação e **condeno** FÁBIO JUNIO GHILARDI FILHO, PATRICK DE JESUS ALMEIDA MALDONADO e ALEXANDRE CAMILO BONFANTE CORNELIO como incurso no art.157, §2º, incisos I e II, do CP e no artigo 244-B do ECA (Lei nº 8.069/90), c.c. artigo 70 do CP. Passo a dosar as penas. Atento aos critérios do art.59 do Código Penal, fixo-lhes as penas-base no mínimo legal. Reconheço as atenuantes da confissão em relação aos corréus Alexandre e Patrick e da menoridade relativa quanto aos três, e aplico a Súmula 231 do STJ. Na terceira fase, diante da causa de aumento do concurso formal e das causas de aumento do concurso de agentes e do emprego de arma, aumento as penas em um sexto, e três oitavos, respectivamente, perfazendo a pena de **06 (seis) anos e 05 (cinco) meses de reclusão, mais o pagamento de 15 (quinze) dias-multa**, calculados cada um na proporção de um trigésimo do salário mínimo vigente na época dos fatos, atualizando-se pelos índices de correção monetária. As penas privativas de liberdade deverão ser cumpridas inicialmente em **regime fechado**, considerando a gravidade em concreto do delito, envolvendo concurso de quatro pessoas na prática de roubo contra mulher, que se encontrava sozinha em estabelecimento comercial e com o emprego de arma de fogo e faca, considerado proporcional, necessário e suficiente para a reprovação e prevenção contra a prática de novas infrações. A existência de crime cometido em estabelecimento comercial vem assustando a comunidade e, por isso, com o aumento da violência, afronta-se a garantia da ordem pública, que justifica a manutenção das prisões cautelares. Estão presentes os requisitos das prisões cautelares, já indicados nos autos. Comunique-se essa decisão ao presídio onde se encontram os réus. Não há custas nessa fase, por serem os réus



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

3ª VARA CRIMINAL

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - 13560-140 - SP

beneficiários da justiça gratuita. Publicada nesta audiência e saindo intimados os interessados presentes, registre-se e comunique-se. Eu, Carlos André Garbuglio, digitei.

MM. Juiz: Assinado Digitalmente

Promotora:

Defensora:

Defensor Público:

Réus: